

O campo disciplinar da história das ideias: procedimentos e métodos de investigação

*The disciplinary field of history of ideas:
procedures and research methods*

Tiago Rego Ramalho*

Resumo

O presente estudo visa aprofundar as características, os elementos e as particularidades inerentes ao campo metodológico da história das ideias. Desde logo, tentamos esclarecer as discontinuidades existentes entre o campo disciplinar da história das ideias e o campo disciplinar da história da Filosofia; e, contrapondo posições distintas, procuramos perceber através dos contributos de Quentin Skinner quais as possibilidades efetivas de autonomização de uma área disciplinar como a história das ideias.

Palavras-chave

História das ideias. Filosofia. Métodos.

Abstract

This study aims to deepen the elements and characteristics inherent in the methodological field of history of ideas. First of all, seeking to clarify the existing discontinuities between the field of the history of ideas and the disciplinary field of the history of philosophy; and by contrasting different positions, we seek to understand through Quentin Skinner's contributions, which possibilities exist for the autonomisation of a subject area such as the history of ideas.

Keywords

History of Ideas. Philosophy. Methods.

Introdução

De forma a percebermos qual o impacto do estudo das ideias ou da história do pensamento no campo da historiografia importa conhecer

* Doutorando em História Contemporânea; Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Lisboa, Portugal). Contato: tiago_rego_ramalho@hotmail.com

os alinhamentos e as metodologias que caracterizam uma certa forma de praticar História. De um modo sistemático e generalizado, antes de mais, devemos reconhecer o comprometimento do típico historiador para com o que David Armitage designa por “methodological nationalism”¹. Ou seja, os objetos de estudo próprios desse historiador, essencialmente, dizem respeito a um quadro nacional restrito, no qual a problemática do “Estado-nação” predominava. Por conseguinte, assistimos mais recentemente a uma historiografia disposta a investigar no campo internacional ou transnacional, procurando examinar temáticas que não são propriamente circunscritas aos contextos nacionais (ambiente, movimentos sociais ou terrorismo são alguns dos exemplos). Em plena globalização dos processos humanos, tônica dominante da contemporaneidade, o historiador não deixa de identificar possíveis campos de investigação que se caracterizam como sendo não nacionais. Nas palavras de Armitage, “*Intellectual history can justifiably claim to have been international history avant la letter*”², sendo que os primeiros vestígios de história das ideias demonstram um traço cosmopolita relevante. Os projetos pioneiros no campo da história das ideias detinham uma componente metodológica “supranacional”, superando assim um número considerável de contingências. A esse desígnio da história do pensamento, de afirmar-se paralelamente ao domínio nacional, corresponde uma certa pretensão de “internacionalismo” ou de uma “história de ideias sem fronteiras”.

Um dos contributos resultante dessa abordagem no campo da história intelectual ou da história do pensamento transparece por via de uma multidisciplinaridade intrínseca ao estudo das ideias. Desse modo, a história das ideias permite um diálogo de continuidades e um espaço que relativiza determinadas tendências, de forma a promover a interdisciplinaridade ou a transdisciplinaridade. A história das ideias não tende a ser uma área do saber delimitada por um espaço particular (espaço nacional, por exemplo), nem por uma disciplina particular; procura, porém, reavivar certas concepções do espaço e expandir o contacto entre campos disciplinares. Num artigo intitulado “*Intellectual history and the interdisciplinary ideal*”, Warren Breckman começa por referir o seguinte, “*Interdisciplinarity is one of the most widespread values of the contemporary university*”³. Uma predisposição “eclectica” permite de certa forma uma

¹ Cf. ARMITAGE, David. The International Turn in Intellectual History. In MCMAHON, David; MOYN, Samuel. *Rethinking Modern European Intellectual History*. [s. l.]: Oxford Scholarship Online, 2014. p. 232.

² ARMITAGE, op. cit., p. 234.

³ BRECKMAN, Warren. Intellectual History and the Interdisciplinary Ideal. In: MCMAHON; MOYN, op. cit., p. 276.

concomitância entre contextualização histórica e normatividade teórica. No universo amplo da historiografia, há quem apresente a história das ideias como sendo um campo disciplinar temporalmente estável e significativo⁴. José D'Assunção Barros apresenta-nos a história das ideias como um campo disciplinar próprio que, de algum modo, assegurou a sua influência no espectro da historiografia desde o início do século XX. O autor sinaliza um conjunto de variações e uma alteração de procedimento no que concerne ao desenvolvimento da disciplina no decurso do século passado: a uma história das ideias que inicialmente se caracterizava por um desenraizamento do contexto social sucedeu-se, posteriormente, uma história das ideias disposta a compreender e recuperar o contexto social⁵. Tendendo a prevalecer, a “história social das ideias” articula o estudo das ideias com uma compreensão prévia das condições históricas.

O campo disciplinar da história das ideias promove invariavelmente um diálogo com outras áreas da historiografia, tais como a história política ou a história cultural, do qual decorrem os possíveis objetos de investigação⁶: um estudo das ideias que percecionem ou analise os sistemas de pensamentos concebidos pelos autores clássicos; a investigação em torno de movimentos literários, políticos ou filosóficos que, na medida em que assume a existência de uma ou mais tendências com influência histórica ou outra, procura integrar e sintetizar um conjunto variado de pensadores nesse amplo movimento; ou ainda quando a investigação, retirando a ideia do sistema de pensamento conjugado por um qualquer autor, pretende estudar as ideias pela sua expressão intrínseca, pela sua influência, pela sua variabilidade histórico-social ou num eixo comparativo (com outras ideias e pensadores). Neste quadro de possibilidades, poderemos assumir, partindo da terminologia de Robert Darton, a existência de uma “história intelectual”. A abertura ao campo sociocultural efetiva-se quando a história das ideias assume a investigação das “ideologias” ou da “difusão de ideias”. Encontramos também um entrosamento entre história das ideias e história cultural quando a problemática não incide tanto na autoria individual das ideias em questão, mas antes nas suas “expressões coletivas”⁷. Nesses casos, em que as representações coletivas tendem a ser consideradas ao invés das manifestações individuais, aprofunda-se o domínio da “história das mentalidades”. Seguindo o exemplo esquemático apresentado por José

⁴ Cf. BARROS, José D'Assunção. História das ideias – em torno de um domínio historiográfico. *Locus – Revista de História*, v. 13, n. 1, p. 199-209, 2007, p. 200.

⁵ Cf. BARROS, op. cit., p. 202.

⁶ Cf. BARROS, op. cit., p. 203.

⁷ Cf. BARROS, op. cit., p. 203.

Barros, poderemos depreender as seguintes “possibilidades temáticas” no âmbito da história das ideias⁸: ideias específicas (diálogo multidisciplinar, nomeadamente com a Filosofia ou a Ciência Política); sistemas de pensamento (ideias políticas, filosóficas, estéticas ou científicas); movimentos com amplitude e influência histórica significativa; paradigmas (científicos, disciplinares ou jurídicos); ideologias e difusão de ideias; e ideias ou expressões coletivas.

Acrescentaríamos que não será menos relevante averiguar sobre o *modus operandi* do historiador das ideias, quais as abordagens que deve preservar, no que se sustêm as suas escolhas ou quais os mecanismos de investigação. Diga-se que os designados “contextualistas ingleses” (Quentin Skinner, John Dunn e John Pocock) contribuíram profundamente para a viragem metodológica a que nos referimos inicialmente. A descontextualização ou a separação entre História (elementos contextuais) e crítica era desse modo superada por um domínio relacional que assumia um renovado interesse em explorar as influências, os ambientes sociais e culturais, a linguagem ou as intenções. Uma problemática de fundo, ainda no quadro das opções práticas encabeçadas pelo historiador das ideias, diz respeito ao agente histórico produtor de ideias. Esta questão, a de saber quais pensadores devem ser considerados na investigação do historiador, pode suscitar duas visões opostas: por um lado, aqueles que resumem a história das ideias a um conjunto específico e restrito de autores clássicos – ao estipularem um cânone de pensadores clássicos, todos os demais podem ser entendidos por subsidiários dos primeiros; por outro lado, surgem aqueles que pretendem posicionar a história das ideias com outra amplitude e abrangência – não resumem assim a investigação a um conjunto de personalidades, procurando antes descentralizar as opções e, porventura, concentrando-se não tanto em quem disse, mas, sim, no que foi dito.

Numa primeira fase deste trabalho, importa analisar duas realidades particulares, materializadas em dois campos disciplinares distintos: a história das ideias e a história da Filosofia. Pretende-se analisar as práticas metodológicas características desses dois campos disciplinares; como se pretendem afirmar enquanto disciplinas singulares e com objetos próprios; quais as possibilidades de convergência ou divergência entre esses campos do saber; quais as práticas que aproximam ou excluem ambos os domínios. Por meio de alguns exemplos concretos e da leitura de posicionamentos distintos, averiguaremos quais procedimentos metodológicos tendem a persistir em ambas as disciplinas e qual abordagem persiste na investigação dos autores compreendidos para o

⁸ Cf. BARROS, op. cit., p. 204.

presente estudo. Um conjunto de questões deve essencialmente nortear o primeiro capítulo: o que investigar em história das ideias – sendo a mesma questão válida para a história das ideias; quais os interesses subjacentes aos dois campos disciplinares identificados; como investigar no âmbito da histórias das ideias e, daí, quais as semelhanças ou as diferenças com a história da Filosofia; perceber como cada um desses domínios potencializa um determinado domínio relacional que considere ou valorize, por exemplo, uma conexão com outros domínios do saber; analisar qual a importância que tanto a história das ideias como a história da Filosofia atribuem ao fato histórico; ou ainda, procurar esclarecer como o autor é entendido por ambas, pela forma como determinadas individualidades devem ser trabalhadas ou relativizadas. Todo esse conjunto de questões visa obter algumas respostas sobre os procedimentos que nos remetem para os métodos históricos associados à investigação na história das ideias. De que forma a utilização de determinadas técnicas e as questões respeitantes à forma podem rentabilizar, direcionar ou aprofundar um estudo das ideias – eis o horizonte do segundo e último capítulo presente nesta investigação, que versa precisamente sobre a problemática dos métodos históricos aplicados ao espectro da história das ideias, de acordo com os trabalhos de Quentin Skinner.

A história das ideias e a história da Filosofia

Quando as pretensões da investigação recaem sobre o domínio das ideias, do pensamento ou mesmo da intelectualidade, os procedimentos metodológicos e as problemáticas dominantes podem assumir múltiplas tendências. Importa perceber como o campo da historiografia se compatibiliza ou se incompatibiliza com outras áreas de estudos. Desde logo, como uma determinada ideia ou sistema de pensamento pode suscitar análises díspares por disciplinas, como são, por exemplo, a História e a Filosofia. No prefácio de uma *Breve história da Filosofia moderna*, Roger Scruton apresenta-se como alguém disposto a realizar uma história do pensamento e da produção de ideias que difere do que poderia ser um estudo de um qualquer historiador sobre as mesmas temáticas. Enquanto filósofo de formação, pretende demonstrar que o seu método de trabalho diverge dos métodos prosseguidos pelos historiadores das ideias⁹. Na apresentação de um livro que pretenda explorar um conjunto de ideias ou pensamentos circunscritos a determinado período cronológico, destaca-se a necessidade que um autor como Scruton tem em procurar delimitar

⁹ Cf. SCRUTON, Roger. *Breve história da Filosofia moderna*. Lisboa: Guerra e Paz, 2010. p. 12.

o método: segundo o próprio, autores com formação académica diferente procuram privilegiar enquadramentos inevitavelmente distintos; mesmo que a investigação vise uma certa figura do designado cânone clássico, historiadores e filósofos viriam a privilegiar aspetos ou elementos não propriamente coincidentes. Deste modo, Scruton esclarece a sua metodologia, pretendo assim “descrever o conteúdo das conclusões e dos argumentos filosóficos”, preterindo, por sua vez, um estudo que privilegie “os contextos em que estes ocorreram ou as influências que estiveram na sua origem”¹⁰.

No domínio da Filosofia, a ideia ou o sistema de pensamento deve valer por si mesmo, analisando-se posteriormente qual o seu desempenho ou a sua relevância; no quadro da historiografia, a ideia ou o sistema de pensamento deve ser analisado à luz de uma contextualização histórica. Segundo o autor, um historiador das ideias, não se conformando com a mera análise delas, deve procurar o contexto que possibilitou a sua divulgação ou as condições históricas que favoreceram a sua implementação. Acrescenta que um estudo em torno de um conjunto variável de autores, na óptica do historiador das ideias, procura discernir sobre a “cadeia de influências” que materializou a produção de ideias por parte desses mesmos autores em análise. Na relação entre especialização e disciplinas, podemos esboçar um quadro no qual, por um lado, surgem-nos áreas disciplinares que necessitam de uma continuidade histórica, em vista de um determinado progresso, enquanto, por outro, certas áreas disciplinares dispensam esses postulados. Scruton defende que determinadas disciplinas exigem uma frutuosa combinação entre “história e crítica”, embora outras se encontrem à margem desse cenário. Diante de tal quadro, resulta o seguinte: a ciência, a título de exemplo, incorpora uma visão progressista, de supressão de etapas visando a verdade; pelo contrário, encontramos na literatura uma visão radicalmente diferente, na medida em que não existe uma perspetiva linear ou um elemento denominador; investigar no meio científico contemporâneo não implica um conhecimento genérico da história da ciência; porém, o estudo literário solicita um conhecimento profundo da história da literatura e um desenraizamento da literatura contemporânea¹¹. Assim sendo, Scruton considera que existem áreas disciplinares que reclamam um envolvimento histórico, existindo outras que podem dispensar esse reconhecimento histórico, por via de uma independência entre “História” e “crítica”. A Filosofia, por sua vez, apresenta-se como uma disciplina híbrida entre esses dois entendimentos possíveis.

¹⁰ Ibidem, p. 12.

¹¹ Cf. SCRUTON, op. cit., p. 25-26.

Roger Scruton defende que “é possível abordar a filosofia sem um espírito historicista”¹², sustentando essa posição com base no trabalho de Wittgenstein. Neste caso, as problemáticas suscitadas não dialogam com a tradição filosófica nem perscrutam os filósofos passados, nomeadamente os designados clássicos. Deste modo, refere que a grande maioria da Filosofia contemporânea define-se como sendo “a-histórica”. Digamos que essa Filosofia, delimitando um conjunto de questões específicas que procuram resultados concretos, deve ser entendida como progressista e, como tal, “a-histórica”. Recusando, de algum modo, uma abordagem histórica sobre um qualquer autor ou ideia, pretende salvaguardar uma compreensão das grandes questões filosóficas que perpassam a temporalidade histórica. As ideias e o pensamento devem ser estudados de um modo sistemático, tratando o objeto de investigação no presente da mesma forma que foi conduzido no passado. Todas essas clarificações permitem a Roger Scruton apresentar uma distinção, que o próprio considera de extrema importância, entre dois campos distintos: história da Filosofia¹³ e história das ideias. De início, apresenta-nos dois cenários possíveis: uma ideia pode ter um contexto histórico determinante e uma influência social decisiva, embora sem um conteúdo ou uma espessura filosófica assinalável; também existe a possibilidade de uma ideia deter a referida espessura e um conteúdo intelectual relevante, mas, tal como refere Scruton, “dever a sua influência não à sua verdade mas ao desejo que temos de nela acreditar”¹⁴. Aqui chegados, importa perceber qual o objeto a ser incorporado pelos diferentes campos disciplinares, bem como as condições que uma qualquer ideia deve reunir a fim de ser investigada por esses mesmos domínios. No quadro da história da Filosofia, sugere-se que uma ideia compreendida para o efeito deva conter uma “importância filosófica intrínseca”, devendo também desencadear um interesse na atualidade. A esses dois elementos, acrescente-se o fato de que a ideia deve possuir uma exequibilidade própria¹⁵. No que respeita à história das ideias, Scruton admite que para uma ideia ser considerada nesse campo disciplinar “basta-lhe ter influência histórica sobre os assuntos humanos”¹⁶.

¹² Ibidem, p. 26.

¹³ Enquanto nome determinante para a afirmação da disciplina designada como história da filosofia, Hegel defende o seguinte: “A história da filosofia é a história do pensamento livre, concreto, ou da razão. O pensamento livre, concreto, ocupa-se somente de si mesmo Nada, que não seja resultado do pensar, é razão” (HEGEL, Georg W. F. *Introdução à história da filosofia*. Lisboa: Edições 70, 2006. p. 78).

¹⁴ SCRUTON, op. cit., p. 28.

¹⁵ Cf. SCRUTON, op. cit., p. 28.

¹⁶ Ibidem, p. 28.

O autor parece sugerir que a influência de uma determinada obra sobre outra que, por sua vez, esteja sob análise, não constitui requisito para o aprofundamento dessa suposta relação que se possa estabelecer entre diferentes autores e diferentes obras. Mesmo que a influência histórica seja relevante para compreender o estabelecimento ou a afirmação de determinado autor e de determinada obra, diz-nos que a investigação do produto obtido (o autor e a sua obra) não carece dessas referências. Ou seja, a ideia deve valer por si mesmo. Desses pressupostos, resulta uma incompatibilidade no método que tanto historiador da Filosofia e historiador das ideias devem assumir¹⁷. Na qualidade de historiador da Filosofia, o que preocupa Scruton, essencialmente, é a possibilidade ou não de uma ideia ser avaliada em função da sua veracidade. Assim, o historiador da Filosofia poderia desconsiderar o seu contexto, procurando apenas os propósitos dos seus argumentos. Scruton concretiza que esses elementos permitiriam afirmar a história da Filosofia, não como uma “disciplina histórica”, mas antes como uma “disciplina filosófica”¹⁸. Deste modo, e recuperando o que se disse anteriormente a propósito da ciência ou da literatura, nesse caso particular, a Filosofia deveria ser considerada por via de uma independência entre História e crítica. Para esse autor, a história da Filosofia¹⁹ admite o estudo das influências tendo em conta a “cogência das ideias” e não tanto o que decorre do “poder atrativo emocional ou prático” das mesmas. Digamos que os autores que auferem de uma notoriedade mais expressiva e que exerceram um contributo mais relevante no domínio da Filosofia devem ser apreciados, tal como as suas influências, de um modo mais relevante e decisivo do que, eventualmente, autores que não correspondem a esse cânone clássico ou que não exerceram uma influência tão decisiva. Scruton apresenta-nos um exemplo: autores como Hume ou Kant detêm, no quadro da história da Filosofia, uma influência bem mais considerável do que autores como Voltaire ou Diderot. Como tal, o historiador da Filosofia, em detrimento desses últimos autores mencionados, assumiria que a relevância recai esmagadoramente sobre os dois primeiros nomes; ao passo que o historiador das ideias viria a enquadrar esses nomes num “único movimento chamado Iluminismo”²⁰. Nesse caso, o historiador das ideias atribui primazia ao momento histórico assinalado, ao movimento

¹⁷ Cf. SCRUTON, op. cit., p. 28.

¹⁸ Cf. SCRUTON, op. cit., p. 28.

¹⁹ Recordemos as palavras de Hegel a respeito da singularidade que caracteriza esse campo disciplinar em comparação com outros domínios da História: “o caso da história da filosofia, pela natureza especial do seu objeto, é diverso da história dos restantes domínios” (HEGEL, op. cit., p. 20).

²⁰ Cf. SCRUTON, op. cit., p. 28.

designado como um todo e às influências que derivam desse contexto histórico. O historiador da Filosofia, ao invés, destacaria a ordem de ideias mais determinante para a compreensão de certas problemáticas filosóficas, particularizando o estudo dos autores.

Roger Scruton reitera a independência entre “História” e “crítica” nas intenções de uma história da Filosofia que se pretende afirmar como uma disciplina autónoma da História. Sendo possível que um historiador das ideias e um historiador da Filosofia analisem um mesmo sistema de pensamento, considera sempre que os interesses serão divergentes. Argumenta ainda que para interesses diferentes se exigem competências intelectuais diferentes. No estudo de uma qualquer obra filosófica, os interesses dos que visam apurar a sua influência histórica (historiador das ideias) são antagónicos aos interesses daqueles que procuram “compreender e apresentar as suas conclusões com a intenção de determinar a sua verdade”²¹ (historiador da Filosofia). Poderemos assim deparar-nos com uma obra filosófica que, embora tenha atingido certa relevância histórica, não seja de igual modo considerada numa história da Filosofia. Scruton parece querer remeter a prática da História e a investigação desencadeada pela historiografia para um domínio estritamente empirista. Sendo que ao filósofo deve competir a procura da “verdade”, o historiador deve, porém, dedicar-se ao campo da objetividade, ou seja, limitar-se a um estudo dos fatos históricos. Também o historiador Geoffrey Elton encontra na especulação um desvirtuamento da História. Nessa intenção de considerar o fato histórico o objeto primordial da investigação histórica, Elton desconfia da história das ideias como sendo um campo disciplinar propício a afastar-se do que designa por “realidade” ou “vida real”²². Tal como Scruton encontra no estudo das ideias filosóficas a possibilidade de verificar o seu conteúdo de veracidade, Elton procura na recolha dos dados históricos a verdade histórica. A investigação histórica não deve assim considerar os problemas filosóficos, tal como a “explicação histórica”, ou seja, perceber as condições de determinada ocorrência e o entendimento das causas históricas, pertence ao “historiador de ofício”. Quentin Skinner procura desmistificar essa visão de Elton, assumindo o seguinte: a “explicação histórica” deve ser tratada não como a última explicação possível, mas apenas como uma das explicações possíveis, entre tantas outras; e considera que o domínio da explicação deve ser visto também como uma “questão filosófica”²³.

²¹ Ibidem, p. 29.

²² Cf. SKINNER, Quentin. *Visões da política: sobre os métodos históricos*. Alges: Difel, 2002. p. 20.

²³ Cf. SKINNER, op. cit., p. 16.

O historiador não detém o monopólio do poder explicativo, pelo que importa perceber o sentido das explicações. Skinner descreve uma tendência que se verifica no modo como os filósofos categorizam a prática historiográfica, classificando-a como sendo um “modelo demasiado rígido”. No entendimento desses filósofos, as “boas explicações históricas” seriam como que deduzíveis de uma forma “nomológica”. No quadro dessa regularidade formal, os acontecimentos e as ocorrências históricas suceder-se-iam de uma forma previsível, devendo o historiador verificar e “resumir” essa sucessão de acontecimentos por via de “leis empíricas”²⁴. No que Skinner concorda com esses filósofos, e que contrasta com a perspectiva de Elton, é que a explicação causal dos acontecimentos deve considerar a relação entre fatos singulares e quadros genéricos. Recusando-se a aceitar qualquer tipo de generalização, Elton considera que a investigação histórica se deve limitar ao estudo do que designa por “acontecimento singular”; por outro lado, Skinner enfatiza a necessidade de o historiador considerar as “regularidades causais”. Este último não compreende como é que a procura das causas, na óptica da investigação histórica admitida por Elton, dispensa um “pano de fundo explicativo” para se focalizar somente nos “elementos singulares”²⁵. Uma outra crítica proferida por Skinner prende-se com a excessiva valorização das técnicas aplicadas na História em detrimento do conteúdo. E essa relativização do conteúdo face à técnica encontra-se novamente em Elton, na medida em que é irrelevante procurar qualquer “justificação social” para o estudo de uma qualquer problemática. Fazendo uso das palavras de Skinner, entendemos que essa visão da História proclama que “o que interessa em história é não tanto o tema das nossas investigações mas sim o alcance das técnicas que colocamos em prática”²⁶. Por essa ordem de ideias, diga-se que o historiador preocupa-se fundamentalmente com as questões respeitantes à forma, analisando os dados empíricos tal como eles se apresentam. Importa apenas desvendar e apresentar os fatos históricos. No artigo intitulado “A prática da História e o culto do fato”, Skinner conclui que para essa forma de fazer história “é muito mais seguro insistir que na vida só contam os fatos”²⁷.

Skinner pretende de algum forma superar a distinção ancorada em princípios inflexíveis de que, por exemplo, Scruton é partidário. No artigo “Interpretação e compreensão dos atos discursivos”, procura desenvolver um método que recupere “a identidade histórica dos textos individuais

²⁴ Cf. SKINNER, op. cit., p. 16.

²⁵ Cf. SKINNER, op. cit., p. 17.

²⁶ Ibidem, p. 36.

²⁷ Ibidem, p. 38.

na histórica do pensamento”²⁸, valorizando assim um domínio relacional que pretende coincidir ou, pelo menos, aproximar dimensão teórica e fato histórico. Skinner procura perceber qual a interseção possível entre as “contribuições teóricas” e os “discursos” existentes no meio social. Em que medida a produção de ideias encontra correspondência com os “termos convencionais” dos discursos analisados, seja pela capacidade de “apoiar ou desafiar” as condições desses discursos. Na tentativa de combinar os elementos que Scruton associa, por um lado, ao campo da Filosofia e, por outro lado, ao campo da História, Skinner assume um método em que a ideia ou o pensamento analisado deve sê-lo em função de um contexto específico. Como o próprio salienta, “pretende-se integrar as obras nos contextos culturais específicos em que foram originalmente produzidas”²⁹. No encaixe desse método, torna-se redutor estudar uma qualquer ideia extraindo-a, por sua vez, do contexto em que emergiu. E, para além dessa opção, procurar as suas conclusões, enquadrando-a no crivo da verdade, independentemente do contexto histórico. O autor não pretende que esse método esteja condicionado pelas categorias históricas que possibilitaram o advento das ideias, nem a uma mera enunciação dos momentos históricos de divulgação ou de influência das ideias. O que Skinner assume é a incapacidade de analisarmos uma ideia num panorama cultural profundamente desigual daquele que favoreceu a implementação da referida ideia. A título de exemplo, incorreríamos num erro de interpretação caso procurássemos confirmar as preposições de uma determinada ideia com um passado histórico assinalável no contexto da contemporaneidade. Skinner sugere que essa igual consideração com outras “lógicas de pensamento” permite-nos “exercer uma vigilância maior perante os nossos preconceitos e os nossos sistemas de crenças”³⁰. Não se trata de despojar os indivíduos de quaisquer tipos de valores, por intermédio de uma relativização das crenças, mas de enaltecer a pluralidade dos contextos culturais ou de descentralizarmos as nossas “verdades absolutas” em face da diferença histórica.

A referida divisão disciplinar entre história da Filosofia e história das ideias, encontramos-la, por exemplo, na obra *Uma história da filosofia ocidental*, de autoria do filósofo de formação David Walter Hamlyn. No capítulo introdutório que visa apresentar a estrutura e o propósito da obra, começa desde logo por clarificar que: “Uma história da filosofia não deve ser apenas uma história das ideias”³¹. Tal como

²⁸ Ibidem, p. 175.

²⁹ Ibidem, p. 175.

³⁰ Ibidem, p. 176.

³¹ HAMLYN, David Walter. *Uma história da filosofia ocidental*. Rio de Janeiro: Zahar

Scruton defende, o autor sustenta que um trabalho em torno das ideias não deve enveredar unicamente sob uma dinâmica historicista. O que contrasta com a perspectiva de Scruton é a chamada de atenção que Hamlyn faz no sentido de se procurar um “equilíbrio”. Nem é possível, por um lado, avaliar unicamente as circunstâncias sócio-históricas em que despoletaram as ideias, desconsiderando nesse sentido o conteúdo filosófico do pensamento, nem é plausível, por outro lado, procurar a coerência existente nas ideias em análise em detrimento do seu contexto histórico. Contudo, defende que uma história da Filosofia não se resume a uma mera transmissão de ideias, descartando assim aqueles casos que persistem numa narração histórica³². Do mesmo modo que a Filosofia suscita variadíssimos “problemas”, o desempenho do historiador da Filosofia perpassa por trabalhar esses mesmos argumentos filosóficos. Embora tenha destacado a relativa independência existente entre os dois campos disciplinares (história da Filosofia e história das ideias), Hamlyn, contrariamente a Scruton, não deixa de referir a necessidade momentânea de precisar certos elementos históricos, sem os quais seria contraproducente introduzir os argumentos propriamente ditos. Não rejeitando inteiramente o sentido contextual do fator analisado, o seu percurso no campo da Filosofia privilegia declaradamente a discussão de conclusões. Ou seja, independentemente do contexto subjacente, a ideia deve sofrer um processo de avaliação³³. A sua verdade e a sua intemporalidade conceder-lhe-ão uma proeminência. Uma outra dificuldade prende-se com as opções adotadas (nesse caso, a escolha de autores) que visam posteriormente à formulação de uma história do pensamento. Nem sempre os critérios são devidamente justificados, mas pelo que temos analisado poderemos adiantar o seguinte: assumindo a distinção anteriormente apresentada, digamos que o historiador das ideias incorpora na sua investigação os dados, elementos ou fatores que adquiriram uma influência histórica assinalável; sendo que o historiador da Filosofia assume as suas escolhas em função da validade do conteúdo filosófico investigado. Apesar dessa possibilidade, entre outras possíveis, os constrangimentos podem surgir quando o objeto reside na época contemporânea. Essencialmente, por não existir um distanciamento histórico considerável, torna-se uma dificuldade acrescida argumentar sobre a existência ou não da referida influência histórica. O próprio Hamlyn argumenta sobre a complexidade de perscrutarmos o “senso histórico” no sentido de realizar escolhas sobre os autores

Editor, 1990, p. 5.

³² Cf. HAMLYN, op. cit., p. 6.

³³ Cf. HAMLYN, op. cit., p. 6-7.

contemporâneos³⁴. A relevância histórica pode ser encarada como um critério transitório, no entanto, a relevância filosófica é apresentada pelo próprio como um critério indubitável. Desse modo, existe como que uma continuidade histórica relativa ao desenvolvimento de um conjunto de problemas, próprios do campo da Filosofia, que permite destacar uma amplitude temporal significativa na qual germina todo esse conteúdo filosófico. Pensando a realidade ocidental, Hamlyn defende que essa “continuidade de interesses e problemas” remonta à Grécia Antiga, demonstrando-se, por sua vez, até nos tempos atuais. Não obstante todo esse conjunto de problemáticas que dinamizam o quadro da Filosofia, também o próprio Hamlyn retira uma qualquer dinâmica progressista que lhe poderia ser imputada (a Filosofia é a-científica, na medida em que não procura solucionar problemas que se sucedem gradualmente). Sendo verdade que o autor procura enquadrar e resolver certas disputas com vista a elaborar, não uma história das ideias, mas uma história da Filosofia, não deixa de reconhecer a existência de um “senso histórico” subjacente à produção de ideias³⁵.

Quentin Skinner e as opções metodológicas

No artigo “Significação e compreensão na história das ideias”, Quentin Skinner pretende confrontar duas perspectivas distintas quanto ao modo de abordagem na área da história das ideias. Por um lado, os que acham que a história das ideias deve contemplar uma investigação sobre um “cânone de textos clássicos”, repousando aí um saber intemporal, um conjunto de ideias universais ou de verdades nucleares. Por este conhecimento ultrapassar qualquer contingência histórica, geográfica ou social, defende-se que pode e deve ser estudado por um contemporâneo, da mesma forma que por alguém do passado ou mesmo de um futuro desconhecido³⁶. Do lado oposto, deparamo-nos com uma metodologia, apresentada por Skinner, que contrasta com esses preceitos ao mesmo tempo que pretende criticar a perspectiva anteriormente enunciada. De início, procura rejeitar a tese de que os clássicos pensaram, de uma forma reiterada, coerente e concertada, conceitos, temas ou valores “fundamentais”. Recusando esse pressuposto que visa um despojamento por parte do historiador das ideias, aquando do estudo do “temas canónicos”, acrescenta que: “Não é possível estudar apenas aquilo que um

³⁴ Cf. HAMLYN, op. cit., 1990, p. 7.

³⁵ Cf. HAMLYN, op. cit., p. 8.

³⁶ Cf. SKINNER, op. cit., p. 81-82.

escritor disse sem que tal ponha em causa as nossas próprias expectativas e os nossos preconceitos acerca do que eles estarão a dizer.”³⁷ O autor diz-nos que os interesses, as ideias ou os preconceitos que nos moldam enquanto indivíduos determinam, em última análise, a forma como nos relacionamos com os pensamentos em questão. Mais adiante, Skinner refere-se a uma “mitologia” que constitui uma prática recorrente na forma como os historiadores depositam nos autores clássicos a ideia de um corpo doutrinário inflexível. Essa “mitologia das doutrinas” pretende que o autor clássico represente por intermédio da doutrina edificada os “temas considerados constitutivos da disciplina”. Skinner acrescenta que essa tendência depara-se frequentemente com uma tentativa de “encontrar a doutrina de um dado autor em todas as suas afirmações”³⁸. Um qualquer argumento, exposição de determinado assunto ou observação marginal deve ser, segundo esse modelo, organizado em função da doutrina postulada pelo autor clássico. E esse complexo metodológico para com a doutrina comporta, no entendimento de Skinner, duas dificuldades: uma excessiva centralização do autor, na tentativa de se procurar os elementos de continuidade do discurso e de uma certa coerência na obra (próprio das “biografias intelectuais” e das “histórias sinópticas do pensamento”); e a investigação em torno das designadas “ideias unitárias” (característico das histórias das ideias)³⁹. Essa situação leva-nos para os significados desproporcionais que o investigador pode eventualmente atribuir ao autor em apreço, na medida em que pretende forçosamente encontrar na doutrina de um qualquer autor significados que delineou previamente⁴⁰. O investigador não deve, assim, ao tentar apresentar a doutrina de um autor clássico, especular por meio de “conjeturas e suposições” que visem a atribuição de significados ou de intenções, sob pena de descaracterizar o sentido da obra.

Outra dificuldade emerge da necessidade que uma certa história das ideias tem em definir, de modo antecipado e devidamente enquadrado, um “tipo-ideal” para um dada doutrina. Independentemente do conceito ou da ideia-chave que venha a determinar posteriormente as bases da investigação, Skinner insiste que “o perigo com esta abordagem é que a doutrina sob investigação pode facilmente ficar reificada numa entidade”⁴¹. A metodologia que define uma “ideia previamente caracterizada” tende a assumir que o pensamento considerado é parte integrante da lógica interna

³⁷ Ibidem, p. 83.

³⁸ Ibidem, p. 85.

³⁹ Cf. SKINNER, op. cit., p. 85.

⁴⁰ Cf. SKINNER, op. cit., p. 87.

⁴¹ Ibidem, p. 88.

da História, independentemente das vicissitudes decorrentes do tempo, do espaço ou da apreensão da mesma por parte dos autores. Desse paradigma de investigação, que Skinner considerava como promotor de “reificações”, resultam duas tendências: a procura desses “tipos ideais” promove uma história destinada à “identificação da antecipação das doutrinas” e, com isso, despoleta um “elogio da clarividência”, como se os autores fossem identificados na qualidade de sujeitos originários; a outra tendência revela-se nas pretensões em descortinar uma qualquer “ideia unitária” num tempo histórico preciso ou na obra de um qualquer autor⁴². Encontramos novamente uma investigação em torno de ideias ou pensamentos que se reveste por um cariz a-histórico em face de uma pretensão em validar os seus argumentos desconsiderando ou relegando para outro plano as condições históricas. Skinner critica essa tendência, afirmando que “por vezes, até mesmo a pretensão de que se trata de uma análise histórica é posta de lado e os autores do passado são simplesmente elogiados ou criticados tendo em conta a capacidade que revelaram de pensar como nós próprios pensamos”⁴³. Deste modo, a primeira grande crítica direcionada ao que designa por “doutrina das mitologias” fundamenta-se por um “erro de interpretação”, erro esse que resulta de não verificarmos uma sistematicidade ou uma linearidade nos trabalhos dos autores clássicos, algo que alguns historiadores procuram continuamente. Quentin Skinner, continuando a discernir sobre o que apelida de “doutrina das mitologias”, apresenta-nos uma outra referência: a crítica que os partidários desse paradigma dirigem aos pensadores clássicos quando não reconhecem nas suas doutrinas um trabalho que verse sobre “temas obrigatórios”⁴⁴. A ideia dos temas “tradicionais” ou dos problemas “eternos” deve estar subjacente à produção teórica, eis o que afirma tal metodologia. Essa intenção de privilegiarmos as “verdades absolutas” favorece que se atribuam “aos autores clássicos doutrinas que lhes são próprias mas que eles inexplicavelmente não desenvolveram”⁴⁵. Continuando a descrever esse erro que imputa às “mitologias das doutrinas”, Skinner alerta para a existência de “extrapolações a partir do que essas grandes figuras afirmaram de modo a atribuir-lhes crenças que convêm ao observador”⁴⁶.

Ultrapassada a descrição de uma primeira mitologia, que o autor apelida de “mitologia das doutrinas”, passa a descrever uma segunda forma de mitologia que resulta do levantamento de ideias por parte de

⁴² Cf. SKINNER, op. cit., p. 90.

⁴³ Ibidem, p. 90.

⁴⁴ Cf. SKINNER, op. cit., p. 91.

⁴⁵ Ibidem, p. 92;

⁴⁶ Ibidem, p. 92.

historiadores. Em primeiro, refere-se a uma possibilidade real de um sistema de pensamento qualquer erigido por um pensador clássico não protagonizar uma “consistência” própria, ou mesmo que o autor estudado não transmita uma “visão sistemática das suas crenças”⁴⁷. O problema subsequente prende-se com a tentativa, explorada pelo historiador, de encontrar em qualquer doutrina clássica uma possibilidade efetiva de coerência. Skinner encontra nesse procedimento a perigosidade que advém de uma eventual desconexão da doutrina ou deriva interpretativa em face do ideal de coerência, a partir do qual “torna-se então perigosamente fácil para o historiador acreditar que a sua tarefa consiste em atribuir a esses textos uma coerência que eles aparentemente não possuem”⁴⁸. Apelida esse paradigma de “mitologia da coerência”, mencionando que a história da Filosofia moral e política é extremamente devedora desse método. Ao investigador, se por acaso pretende estudar um autor clássico que apresenta uma obra dispersa e um discurso nem sempre digno de coerência, competir-lhe-á procurar esse “ideal de coerência” ou (re) construir o “sistema unificado” do pensamento do autor apreciado. No discernimento de Skinner, essa necessidade de representar um “corpo único de pensamento” ou de apresentar um “sistema fechado” nos quais esteja condensada a grande ordem de ideias de um dado autor clássico redundante, por sua vez, no seguinte problema: porventura, nunca esses pensadores clássicos almejavam atingir esse efeito totalizante na sua obra⁴⁹.

Na senda dessa “mitologia da coerência”, Skinner admite um outro tipo de erro: “a ausência de um sistema torna-se pretexto para lançar o descrédito sobre um autor”⁵⁰. Se a procura intensa, em vista ao “ideal de coerência”, defrauda as expectativas da investigação, rapidamente o autor passa a ser classificado como incoerente. A “natureza fragmentária” do seu pensamento ou a ausência de uma estrutura consolidada são alguns dos ingredientes que permitem desqualificar o autor. Skinner serve-se de um autor como Karl Marx para demonstrar que, segundo o método considerado, e por este último ter problematizado em torno de questões variadas e de não ter tido por missão uma organização estruturada da sua obra, é apresentado, por essa mesma crítica, como um exemplo no modo como não correspondeu a essas expectativas. Outra característica desse método deriva de uma classificação que se pretende pura para com os autores e que estipula um determinado “modelo” que os autores clássicos deveriam ter assumido nos seus trabalhos. O autor é assim classificado

⁴⁷ Cf. SKINNER, op. cit., p. 96.

⁴⁸ Ibidem, p. 96.

⁴⁹ Cf. SKINNER, op. cit., p. 97.

⁵⁰ Ibidem, p. 98.

tendo em conta os modelos que supostamente, no entendimento da crítica, deveria ter assumido⁵¹. A tentativa de encontrar, por via de uma definição prévia e elementar, um ideal ou um horizonte de veracidade para o qual devam afluir as obras clássicas é apontada por Skinner como uma mitologia metafísica, “no sentido pejorativo do termo”. Outra pretensão dessa linha metodológica diz respeito a uma preocupação em encontrar os elementos de continuidade que subsistem num qualquer autor clássico, independentemente da multiplicidade de obras existentes, desconsiderando-se as possíveis descontinuidades que persistem no percurso do autor. As possíveis contradições geradas no interior da obra do autor clássico devem funcionar para entender o “pensamento unificado” do próprio. A “resolução de antinomias” deve ser assim o caminho do historiador das ideias⁵².

Skinner reconhece que o conjunto de mitologias subjacentes a certos métodos empreendidos no estudo das ideias deriva de uma certa expectativa que emerge com o investigador: a expectativa de reconhecerem no autor um comprometimento com as “características definidoras da disciplina”⁵³. Na proporção entre expectativa e interpretação, Skinner reconhece uma forma de mitologia, “mitologia da prolepse”, “que surge quando estamos mais interessados no significado retrospectivo de um dado episódio do que no seu significado para o ator que o viveu”⁵⁴. Essa mitologia resulta de uma desproporção entre as expectativas geradas pelo “observador”, quanto ao “significado” de um determinado acontecimento, e o significado concreto e preciso desse mesmo acontecimento. Parece assim que o autor clássico, não propriamente de uma forma consciente, contribui para um resultado histórico ou para a formação de algo sem que tenha presenciado essa ocorrência. Digamos que “o episódio tem de esperar pelo futuro para que o seu significado possa ser desvendado”⁵⁵. A validade da produção teórica presente no autor clássico advém, deste modo, da relevância que os seus argumentos possam deter no plano intemporal. Skinner vem por esse meio criticar uma investigação no âmbito da história das ideias que assuma os textos clássicos como “objetos de investigação auto-suficientes”, ou seja, que pretenda recuperar o sentido e o significado das obras clássicas tendo como fundamento o que “cada autor diz” sobre os assuntos a debate⁵⁶. Ao recusar esse princípio metodológico, Skinner defende a necessidade

⁵¹ Cf. SKINNER, op. cit., p. 99.

⁵² Cf. SKINNER, op. cit., p. 101.

⁵³ Cf. SKINNER, op. cit., p. 103.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 104.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 106.

⁵⁶ Cf. SKINNER, op. cit., p. 112.

de procurarmos na história do pensamento “não apenas o significado do que foi dito”, mas também a “intenção” que permitiu ao autor declarar o que disse⁵⁷. Assim sendo, não importa apenas reabilitar o significado dos argumentos filosóficos, ou seja, procurar as verdades somente através do que é dito pelo autor; deve-se, por sua vez, procurar as intenções do autor que o levaram a dizer o que disse, ou seja, importa descentralizar os argumentos para um domínio de relação com contextos específicos. Esse pressuposto permite a Skinner considerar que

os significados dos termos que utilizamos para expressar os nossos conceitos mudam por vezes com o tempo, de tal forma que uma análise daquilo que um autor disse acerca de um dado conceito pode levar-nos a interpretar erradamente o significado do texto⁵⁸.

Um outro problema relativo à interpretação das doutrinas é o que Skinner designa por “estratégias retóricas oblíquas”. Ou seja, por via do uso da ironia, por exemplo, por parte do autor estudado, tornar-se-ia difícil apresentar e distinguir entre o que este último disse com o que pretendia dizer.

O fator interpretativo é da maior importância para o desempenho do historiador das ideias – tal como Skinner o perspectiva enquanto harmonizador de uma disciplinaridade que se pretende esparsa e não condicionada a um único elemento de análise – de uma história das ideias que, no sentido de procurar um estudo interpretativo das ideias em curso, deve promover um diálogo entre História e Filosofia. Como tal, pode ser insuficiente ao trabalho empreendido pelo historiador limitar-se e fixar-se apenas no que o autor afirmou. Skinner defende assim que o historiador procure o “valor” no que o autor afirmou quando pretendeu afirmar isso mesmo. Segundo o próprio, “devemos tentar apanhar não apenas o que as pessoas estão a dizer mas também o que eles estão a fazer quando o afirmam”⁵⁹. Apresenta então “duas tarefas hermenêuticas” que devem ser próprias da investigação desenvolvida pelo historiador das ideias: recuperar, reabilitar ou interpretar o significado dos argumentos apresentados pelos autores clássicos; e procurar compreender o porquê de argumentarem nesse sentido, perscrutando-se as suas intenções⁶⁰. Duas questões devem nortear a investigação: o que estão a “fazer” os autores quando escrevem o que escrevem; e o que estão a dizer quando afirmam o que afirmam⁶¹. Continuando essa digressão de perceber quais

⁵⁷ Cf. SKINNER, op. cit., p. 113.

⁵⁸ Ibidem, p. 113.

⁵⁹ Ibidem, p. 117.

⁶⁰ Cf. SKINNER, op. cit., p. 117.

⁶¹ Cf. SKINNER, op. cit., p. 118.

os contornos dos diferentes procedimentos metodológicos aplicados ao estudo das ideias, Skinner salienta dois constrangimentos associados ao desenvolvimento de uma “história das ideias unitárias”: por um lado, a investigação em torno de uma qualquer ideia, inserida num contexto específico, torna-se redutora se o historiador pretender apenas analisar os “termos” que a sistematizaram – Skinner alerta para a utilização de termos repletos de “intenções variáveis e incompatíveis”⁶²; por outro lado, reconstruir o contexto único e exclusivo no qual o discurso foi produzido pode revelar-se insuficiente – alertando para a possibilidade de o “contexto ser ambíguo”, Skinner recusa o pressuposto da “imutabilidade das ideias”, defendendo antes um conhecimento dos diferentes contexto em que as “palavras foram utilizadas”⁶³.

Em contraste com uma História que verse sobre as “ideias unitárias”, poderemos encontrar uma história dos usos, das pretensões ou da circulação dessas mesmas ideias em estudo. Ou como refere Skinner, “a história das suas diferentes utilizações e das diversas intenções que presidiram ao seu uso”⁶⁴. O autor não demonstra uma preocupação em proceder a uma História que assuma no seu horizonte de inteligibilidade as “ideias unitárias” ou os “temas eternos”, preocupando-se, por sua vez, com os significados e os usos das ideias analisadas, ou ainda com as pretensões do autor em dizer o que disse. De qualquer modo, não deixa de reconhecer os elementos de continuidade presentes nos diferentes domínios das ideias. O problema reside apenas no modo como se estrutura e edifica o estudo das ideias e em como se organizam essas mesmas ideias. Os conceitos não devem ser analisados como que emergindo de um campo no qual a continuidade e a estabilidade garantem uma necessidade intrínseca para os autores clássicos procederem a uma abordagem das mesmas problemáticas – Skinner refere que “o erro, em suma, reside em supor que existe um conjunto de questões que os diferentes autores procuram analisar”⁶⁵.

Conclusão

No âmbito do estudo das ideias e do pensamento, poderemos apresentar dois modelos, consubstanciados, por sua vez, em dois campos disciplinares autónomos: a história das ideias e a história da Filosofia. De acordo com esses campos disciplinares, e perspectivando dois

⁶² Cf. SKINNER, op. cit., p. 120.

⁶³ Cf. SKINNER, op. cit., p. 120.

⁶⁴ Ibidem, p. 121.

⁶⁵ Ibidem, p. 122.

modelos possíveis de investigação, adiantamos o seguinte: não obstante o mesmo pano de fundo (o estudo das ideias), o horizonte de atuação, os objetos de investigação, os procedimentos ou os métodos apresentam algumas divergências. De um lado, o posicionamento de uma tendência materializada por filósofos de formação que procuram investigar as ideias sem uma consideração especial, ou mesmo desconsiderado, o contexto histórico do autor, das ideias ou do pensamento estudado. Note-se, porém, que nem toda a história da Filosofia é favorável a um desenraizamento contextual. A preocupação elementar do historiador da Filosofia prende-se com a veracidade dos argumentos filosóficos, com a coerência ou a sistematicidade do pensamento, ou seja, com uma investigação que, independentemente das condições ou do contexto, pretende averiguar a qualidade e a sustentabilidade da argumentação. Uma história da Filosofia que pretenda afirmar-se como uma disciplina a-histórica assume a separação entre História e crítica. Assim sendo, não a preocupa o estudo das influências, das intenções, das causas, das comparações ou das circulações de ideias – associando essas problemáticas ao campo disciplinar da história das ideias, demonstra-se preocupada com os elementos estritamente qualitativos, avaliando as ideias pela sua originalidade, pureza, intemporalidade ou coerência.

Desse quadro metodológico, surgem-nos algumas dificuldades: a ideia de um sujeito originário, tal como é apresentado por uma certa história da Filosofia, em que a investigação não assume a relevância das influências que, de algum modo, contraíram um desempenho na obra do autor; a procura incessante das presumíveis coerências existentes na obra de um qualquer autor, ancorada no pressuposto de que a ideia vale por si mesmo; uma relativização de um domínio relacional – por via de uma desproporção entre ideia ou pensamento e fato histórico, assumindo-se que este último em nada fundamenta a produção de ideias; ou ainda, uma investigação que procura direcionar os esforços para um conjunto restrito de individualidades, desconsiderando os demais pela reduzida influência que tiveram no campo da Filosofia ou pelas flutuações que transparecem nas suas obras. Um dos representantes dessa visão, Roger Scruton, fala-nos de necessidades e interesses distintos (entre história das ideias e história da Filosofia) e ainda de aptidões diferenciadas entre os investigadores de ambos os campos disciplinares que, por sua vez, se refletem na prática da investigação. Assim sendo, e existindo objetos de investigação não coincidentes entre ambas as disciplinas, Scruton parece afirmar a existência de uma pureza original ou de uma sabedoria particular que desacredita um eventual diálogo multidisciplinar. A mesma dificuldade surge quando defende a ideia das competências desiguais, decorrendo deste cenário a recusa de práticas

interdisciplinares. De seguida, Scruton refere-se a um método, o seu, que pretende única e exclusivamente apresentar as “principais conclusões” das filosofias ou dos filósofos estudados ou, ainda, destacar a “importância filosófica” dos autores ou dos pensamentos mencionados⁶⁶. Um método que pretenda somente destacar as “principais conclusões” extraídas dos autores analisados parece incorrer num conjunto de insuficiências; para além dessa dificuldade, um estudo que procure sintetizar a “importância filosófica”, do mesmo modo que se apresenta como sendo a-histórico e sem qualquer conotação ao campo da História ou a contextos particulares, pode revelar-se ambíguo – a “importância filosófica” não é também ela portadora de um cariz histórico?

No âmbito da história das ideias, Quentin Skinner procura superar essa dicotomia de mútua exclusão: por um lado, aqueles que procuram refletir em torno da contextualização histórica; e, por outro lado, os que, por meio da especulação e da generalização, investigam as ideias tal como elas se conhecem. Recusa-se assim uma delimitação estrita de conhecimentos que eventualmente viria a opor uma visibilidade histórica a uma invisibilidade filosófica⁶⁷. Do mesmo modo, a velha conceção do historiador, que remonta à antiguidade, como sendo “aquele que vê”⁶⁸ e que descreve a partir desse olhar é definitivamente ultrapassada. A visão do historiador das ideias presente em Skinner permite uma descentralização dos objetos de estudo, outrora inflexíveis e circunscritos a determinados campos do saber, e favorece os cruzamentos disciplinares. O “contextualíssimo” apresenta-se como um método que potencializa duas realidades: o fato histórico ou as condições materiais e o estudo das ideias. Deste modo, o historiador das ideias deve ter por missão recuperar o “sentido” dos textos e as formas de transmissão veiculadas pelo autor estudado⁶⁹. Prosseguindo, diga-se que o campo das intenções é particularmente relevante para Skinner, desde logo pela forma como o texto deve ser assumido como um “ato de comunicação intencional” A “reconstituição das intenções” deve surgir num plano paralelo ao “contexto social”, sendo que do mesmo modo o “contexto linguístico” assume a sua particularidade. Essencialmente, trata-se de estudar os autores como que “escrevendo na sua época e para uma audiência específica que eles tinham em mente”⁷⁰. Porém, o quadro metodológico delineado por Skinner não

⁶⁶ Cf. SCRUTON, Roger. *Breve história da Filosofia moderna*. Lisboa: Guerra e Paz, 2010. p. 29.

⁶⁷ Cf. FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Lisboa: Edições 70, 2014. p. 218.

⁶⁸ Cf. FOUCAULT, op. cit., p. 209.

⁶⁹ Cf. SKINNER, op. cit., p. 123.

⁷⁰ *Ibidem*, p. 123.

procura esclarecer o seguinte: quais os motivos ou as razões pelas quais um autor deva ser estudo no âmbito de uma história das ideias; e a forma como Skinner apresenta o historiador das ideias, num despojamento de preconceitos ou de verdades que o aproximaria de uma “neutralidade axiológica” (Max Weber), parece assumir um cenário algo hipotético, ilusório e contraproducente. Não obstante, a metodologia que Skinner procura transpor para o plano da história das ideias assenta – e este parece ser o elemento primordial, desde logo pelo contraste com as tendências presentes na história da Filosofia – numa capacidade de diálogo entre “análise filosófica” e “fontes históricas”⁷¹. Defende assim a importância de um estudo das ideias, não apenas preocupado com a intemporalidade ou a veracidade das mesmas, mas antes com uma multiplicidade de variantes (filosóficas e outras) que fundamentem a história das ideias.

Recebido em: 30 de janeiro de 2016.

Aprovado em: 23 de maio de 2016.

⁷¹ Cf. SKINNER, op. cit., p. 124.